

FIN - Finanças

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM MOMENTOS DE
VULNERABILIDADE COMO A DO DESEMPREGO**

RESUMO

O presente estudo tem o objetivo de compreender a importância da educação financeira, em especial, em situações de vulnerabilidade como a do desemprego. Classificada como de natureza quantitativa, do tipo descritiva, a pesquisa utilizou-se do questionário como método para a obtenção dos dados. A pesquisa de campo foi realizada como proposta para uma das ações da Semana Maringaense de Educação Financeira, ocorrida em maio de 2019. A coleta de dados se deu por meio da aplicação de 60 questionários, composto por 31 perguntas, nas tardes dos dias 22 e 23 de maio de 2019, na Agência do Trabalhador de Maringá-PR. Os dados foram tabulados e analisados por meio da estatística descritiva, com o auxílio de planilha eletrônica. Os resultados mostram que a educação financeira é uma importante ferramenta para manter a saúde financeira de indivíduos (e seus familiares), principalmente em situações de vulnerabilidade como a do desemprego.

Palavras-chave: Educação Financeira. Desemprego. Vulnerabilidade financeira

Abstract

This study aims to understand the importance of financial education, especially in situations of vulnerability such as unemployment. Classified as quantitative, descriptive in nature, the survey used the questionnaire as a method to obtain the data. The field research was carried out as a proposal for one of the actions of the Maringaense Week of Financial Education, which took place in May 2019. The data collection took place through the application of 60 questionnaires, consisting of 31 questions, in the afternoons of the 22nd and May 23, 2019, at the Maringá-PR Worker's Agency. The data were tabulated and analyzed using descriptive statistics, with the aid of an electronic spreadsheet. The results show that financial education is an important tool to maintain the financial health of individuals (and their families), especially in situations of vulnerability such as unemployment.

Keywords: Financial Education. Unemployment. Financial vulnerability

1. INTRODUÇÃO

A crise mundial que se deu em 2008 foi responsável por conturbar a economia tanto de países desenvolvidos quanto dos em desenvolvimento, abalando desde a produção e o consumo, até o andamento do mercado de trabalho. Considerando o mercado de trabalho nesse período, pode-se notar um avanço do desemprego, a elevação da vulnerabilidade da população, a diminuição dos salários médios e, conseqüentemente, uma degeneração das condições de exercício do trabalho (OECD, 2009).

Quando se trata de desemprego, faz-se necessário compreender que a taxa de desemprego é o indicador econômico que mede a proporção de pessoas desempregadas em relação à População Economicamente Ativa (PEA). A taxa de desemprego é influenciada por dois elementos: a expectativa de um desocupado encontrar trabalho e a expectativa de um ocupado desconectar-se do trabalho. De acordo com dados do IBGE (2020), no quarto trimestre de 2019, a taxa de desemprego no Brasil se encontrava na casa dos 10,6%, atingindo 11,6 milhões de pessoas no país. Um público que merece atenção na agenda de políticas públicas no país.

Um fator que faz grande diferença na situação do indivíduo que está passando pelo desemprego é a educação financeira recebida pelo mesmo, visto que esse quesito pode mudar a maneira como o indivíduo enxerga e trata o dinheiro, seus planos e ações com o mesmo e até se ele se preparou ou não para situações de emergência como o desemprego. Todos esses elementos irão determinar suas condições financeiras, e de sua família, durante esse período de vulnerabilidade financeira.

A educação financeira é fundamental na sociedade brasileira contemporânea, visto que influencia diretamente as decisões econômicas dos indivíduos e das famílias (SAVÓIA; SAITO; SANTANA, 2007). Vieira, Bataglia e Sereia (2011) corroboram essa visão, ao mencionar que a educação financeira desenvolve habilidades que facilitam as pessoas a tomarem decisões acertadas e fazerem boa gestão de suas finanças pessoais. Esta habilidade, na visão dos autores, contribui para que haja maior integração entre os indivíduos na sociedade e possibilita a ascensão de um mercado mais competitivo e eficiente (VIEIRA, BATAGLIA e SEREIA, 2011), contribuindo para o bem-estar coletivo, tendo em vista que o melhor desempenho de cada cidadão em sua vida financeira contribui, por sua vez, para o bem-estar da coletividade (SELA, 2017). Esta melhor qualificação financeira coletiva, segundo Sela (2017), resultará em um sistema financeiro mais sólido e eficiente, assim como em indivíduos mais preparados para lidar com os momentos de instabilidades financeiras.

Ademais, a educação financeira auxilia na conscientização do cidadão para a importância do planejamento financeiro, a fim de que o mesmo desenvolva relação equilibrada com o dinheiro, bem como adote boas decisões sobre finanças e consumo. Ao conscientizar os indivíduos quanto aos fatores internos e externos que influenciam suas escolhas, a educação financeira pode ajudar a equilibrar as necessidades e os desejos de consumo com os objetivos de longo prazo, de forma a estimular a poupança. (SELA, 2017).

Nesse contexto, a presente pesquisa tem por objetivo compreender a importância da educação financeira, em especial em situações de vulnerabilidade como a do desemprego. Para tanto, foi realizada uma pesquisa com indivíduos que procuram a Agência do Trabalhador no município de Maringá-PR. A intenção foi

verificar se, de alguma forma, o indivíduo recebeu informações sobre educação financeira, seja em casa, em instituição de ensino ou trabalho, e como o conhecimento (ou não) a respeito da educação financeira tem influenciado suas decisões financeiras, preparando-o para momentos de vulnerabilidade, como o desemprego.

Além desta presente introdução, a pesquisa conta com outras quatro seções. Na segunda seção são apresentados os conceitos sobre educação financeira e discorrido sobre como o conhecimento a respeito da educação financeira é importante e pode auxiliar a vida pessoal ou familiar em uma situação de desemprego. A terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados para a execução da pesquisa. A quarta seção apresenta a descrição e análise dos dados, que apontam a educação financeira como ferramenta com grande potencial para amenizar os impactos do desemprego. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais da pesquisa.

2 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FERRAMENTA PARA AMENIZAR OS IMPACTOS DO DESEMPREGO

Lusardi e Tufano (2009), trabalham a alfabetização financeira como sendo a capacidade dos indivíduos de aplicarem conhecimentos básicos sobre juros compostos em seu cotidiano. Por meio da educação financeira os indivíduos tornam-se capazes de gerir seus fluxos financeiros de forma racional e consciente, o que proporciona consumidores e investidores com maior autonomia financeira (MEIER & SPRENGER, 2012).

A educação financeira pode ser definida como a capacidade apresentada pelo ser humano em realizar escolhas mais assertivas ao gerenciar suas finanças pessoais ao longo da vida, gerando inúmeros benefícios para si e para o desenvolvimento socioeconômico do país (PINHEIRO, 2008). Para a economia de um país, a educação financeira se mostra como um tema importantíssimo, pois a habilidade de fazer escolhas seguras e conscientes a respeito de finanças é fator impactante dentro de uma comunidade (WISNIEWSKI, 2011).

Segundo a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (2005), a educação financeira também pode ser entendida como:

[...] o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE 2005, p.13).

A OCDE esclarece que a educação financeira deve ser um meio para propiciar o crescimento e desenvolvimento econômico, a confiança e estabilidade, prevenindo e assegurando que os indivíduos não sejam vítimas de golpes.

No dia-a-dia, os indivíduos realizam atividades rotineiras relacionadas ao seu capital financeiro, seja para a abertura de uma conta, para o planejamento do orçamento familiar, financiamento da casa própria, assegurar o carro, garantir a aposentadoria ou também na simples escolha da forma pagamento. Essas decisões, que muitas vezes passam despercebidas, necessitam de informações e formação compatível, de forma que os indivíduos tenham subsídio suficiente para escolher o produto financeiro que mais irá lhe agregar (PINHEIRO, 2008). Um indivíduo

educado financeiramente apresenta capacidade de planejar e tomar decisões financeiras, estando atento ao mercado e a assuntos relacionados ao dinheiro, como crédito, investimentos, poupança, impostos, entre outros ligados a oferta de produtos e serviços financeiros.

De acordo com Lusardi e Mitchell (2014), são três os conceitos relacionados à tomada de decisão dos consumidores quanto à poupança e ao investimento, a saber: (I) o conhecimento sobre matemática básica, calcular taxas de juros simples e compostos, (II) conseguir ligar tudo isso ao conceito de inflação, e (III) a compreensão do conceito de diversificação de risco.

Segundo Lusardi (2002) os indivíduos tomam decisões ruins e economizam muito pouco para a aposentadoria, essas ações mostram que não há um comportamento padrão, nem um modelo único de comportamento diante do dinheiro.

Pinheiro (2008) alerta que as decisões do indivíduo referente às suas finanças refletem diretamente no bem-estar material das pessoas, que possivelmente venham a depender dessa renda e também da sociedade como um todo. Essas decisões estão ligadas a escolha de alternativas, ao diálogo sobre dinheiro sem que isso cause um mal-estar e ao preparo para lidar com acontecimentos de emergência da vida, como doenças e o desemprego, que afetam as decisões e a rotina do indivíduo e das pessoas que dependem dessa renda.

A importância da educação financeira pode ser abordada sob dois ângulos. Primeiramente, perante um quadro no qual a população jovem e adulta poderá vir a ter o seu futuro comprometido, devido à tomada de decisões não adequadas com o seu contexto financeiro, o que traz como consequência a falta de ordem das finanças pessoais e até mesmo o nome negativado, ocasionando prejuízos em diversos setores da vida do indivíduo, como o impedimento no momento do consumo e em sua trajetória no meio profissional. O outro ângulo a ser observado são os casos com maior intensidade que acabam resultando em um sistema público sobrecarregado ou motivando políticas públicas voltadas para a correção deste cenário (LUCCI et al., 2006).

De acordo com Braunstein e Welch (2002), a falta de conhecimento relacionado a finanças faz com que as pessoas fiquem mais vulneráveis a crises financeiras, além de que finanças mal administradas levam a uma quebra nas operações de mercado e das forças competitivas. Sendo assim, em situações onde o indivíduo se encontra desempregado e com pessoas dependendo dessa renda e sem uma reserva de emergência, a primeira fonte de renda que ele irá recorrer será o crédito, o que o levará posteriormente a um endividamento e inadimplência, gerando, assim, uma crise para si próprio e para o sistema financeiro do país. Lusardi e Tufano (2015) confirmam que uma das consequências da pequena alfabetização financeira é o endividamento.

A educação financeira permite que as pessoas aprendam a realizar o planejamento de seu orçamento, proporcionando inúmeros benefícios, como evitar despesas de última hora, gerenciar melhor o seu orçamento, economizando e tendo um controle do mesmo. Permite, ainda, ter uma melhor qualidade de vida, tranquilidade para planejar o futuro, evitar o estresse e livrar as pessoas das dívidas. Ademais, com a educação financeira, os indivíduos possuem um maior embasamento para tomada de decisões, principalmente relacionadas ao consumo e investimentos, uma vez que mesmos o consumidores mais singelo tomam complexas decisões financeiras todos os dias. (LOBO, 2019; LUSARDI e MITCHELL, 2009).

A deficiência da educação financeira promove uma perda tanto para o próprio indivíduo quanto para a sociedade em geral. A baixa habilidade de tomar decisões assertivas é a principal causa de endividamento, inadimplência, da baixa capacidade de investimento do país. Clientes que passaram por uma educação financeira demandam produtos e serviços que se encaixam em suas necessidades, de modo que incentiva a competição, pois exige uma maior vigilância do mercado financeiro e requer uma maior transparência dos agentes financeiros, criando um ambiente perfeito para a estabilidade e eficiência do sistema financeiro (BCB, 2013).

É de fundamental importância que as pessoas compreendam e saibam utilizar o dinheiro da forma que é mais favorável para si. Os ensinamentos e casos reais de educação financeira podem colaborar para uma melhor administração das finanças pessoais, proporcionando uma vida mais sossegada e estável, mesmo em períodos onde o indivíduo se encontra no desemprego (BCB, 2013).

Uma das principais consequências da falta de administração financeira para os indivíduos é o endividamento pessoal, que acarreta para a sociedade, e consequentemente para o país, na alta taxa de inadimplência. O endividamento pessoal é um efeito colateral de uma dificuldade financeira, do desemprego, descontrole dos gastos e consequentemente um atraso nos compromissos financeiros. Porém, todos esses fatores causadores poderiam ser evitados com uma educação financeira adequada e um planejamento das finanças pessoais (CAPRONI, 2013). Quando uma pessoa é educada financeiramente se torna capaz de organizar as suas finanças pessoais e dominar assuntos como orçamentos, poupança e investimento, podendo utilizar de ferramentas para maior controle. O indivíduo que possui estes conhecimentos e habilidades pode ter maior disponibilidade de renda e menor endividamento, contribuindo para a estabilidade e eficiência do sistema econômico como um todo (KLAPPER, LUSARDI E PANOS, 2012).

No quarto trimestre de 2019, o Brasil se encontrava em um cenário com taxa de desemprego de 10,6%, o que soma um total de 11,6 milhões de pessoas desempregadas, segundo o IBGE (2020). Diante dos impactos que o desemprego pode causar na vida de um indivíduo, é preciso que o mesmo saiba reestruturar suas contas pessoais (e familiar) no momento em que se encontra desempregado e posteriormente se preparar caso passe por temporadas semelhantes no futuro. E, para isso, identifica-se algumas ações que se é possível fazer durante o desemprego, visando atenuar os obstáculos a serem enfrentados nesse período. Uma das primeiras ações dos indivíduos quando se perde o emprego é querer se livrar das dívidas, porém é alertado que primeiramente é preciso fazer as contas, pois se o indivíduo pagar totalmente as dívidas ficará sem dinheiro para passar esse período, além de que, nesse momento, o ideal pode ser a negociação das dívidas. Outro fator extremamente importante é a criação de uma reserva de emergência para estar preparado e seguro para viver esse período ocioso. Diante dessa situação, deve-se evitar o crédito fornecido pelas instituições financeiras, devido à alta cobrança de juros a taxas muito elevadas e estar atento para não ser explorado ou cair em golpes. Cortar gastos e repensar o padrão de vida também é uma atitude extremamente responsável nesse período. Essa temporada fora do mercado de trabalho pode também ser usada para se aperfeiçoar, adquirir uma nova habilidade. E, também, para equilibrar as contas e deixar tudo mais tranquilo, a renda extra é considerada uma excelente opção. (DOMINGOS, 2008; UOL 2016)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo está inserido na discussão sobre educação financeira e pode ser classificado como de natureza quantitativa, do tipo descritiva. Na pesquisa quantitativa, segundo Marconi e Lakatos (2003), os processos estatísticos visam reduzir fenômenos de natureza econômica, sociológica, política, entre outras, a termos quantitativos e estatísticos, que auxilia confirmar as relações dos fenômenos entre si e obter generalizações sobre a natureza de determinada ocorrência ou significado.

A pesquisa descritiva procura descrever algo, como características, fenômenos, resultados, função de uma população ou mercado. Visa descrever fenômenos ou características associadas a uma população, estimar as proporções de uma população que tem determinadas características, descobrir associações entre diferentes variáveis. (COOPER & SCHINDLER, 1999). Busca observar e registrar informações a fim de descobrir a frequência que determinado fenômeno ocorre e sua relação com os vários outros fenômenos, para assim conhecer situações e relações da vida em sociedade, podendo tomar de forma isolada grupos mais específicos. Assim, para compreender a importância da educação financeira em momentos de vulnerabilidade, esse estudo visa descrever como o conhecimento (ou não) a respeito da educação financeira tem influenciado as decisões financeiras de um grupo específico (desempregados ou à procura de novo emprego).

Para isso, esse estudo envolveu pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Cervo e Bervian (1996, p. 48) “procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos”, podendo envolver pesquisa descritiva ou experimental. Segundo Lakatos e Marconi (1991), abrange o estudo a respeito da bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo e tem como finalidade colocar o pesquisador em contato com o que já foi escrito sobre determinado assunto, permitindo o reforço na análise dos dados. Assim, a pesquisa bibliográfica realizada foi a respeito do tema educação financeira e sua importância, principalmente em momentos de vulnerabilidade, como o desemprego.

A pesquisa descritiva assume outro papel importante no estudo, que é a coleta de dados, sendo seus principais instrumentos utilizados, “a observação, a entrevista, o questionário e o formulário” (CERVO, BERVIAN, 1996, p. 50). A pesquisa de campo consegue informações ou conhecimento acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (ROESCH, 1999).

A pesquisa de campo foi realizada durante a Semana Maringaense de Educação Financeira, ocorrida entre os dias 20 e 25 de maio de 2019. Essa semana foi proposta pelo Codem (Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá), em parceria com instituições públicas e privadas, e contou com a realização de diversas ações simultâneas, que ocorreram em toda a cidade de Maringá-Pr. A presente pesquisa se desenvolveu como proposta para uma das ações, realizada nas tardes dos dias 22 e 23 de maio de 2019, na Agência do Trabalhador de Maringá-PR. A coleta de dados se deu por meio da aplicação de 60 questionários, composto por 31 perguntas, tendo questões fechadas, em escala de Likert e múltipla escolha. Além da aplicação do questionário, buscou-se orientar os pesquisados sobre educação financeira, passando instruções básicas sobre finanças pessoais e controle de gastos.

Os dados foram tabulados e analisados por meio da estatística descritiva, com o auxílio de planilha eletrônica, estabelecendo alguns cruzamentos.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Como já mencionado, a pesquisa foi realizada com 60 pesquisados, indivíduos que buscaram por atendimento na agência do Trabalhador de Maringá, no Paraná, nos dias 22 e 23 de maio de 2019, dentre os quais 48,3% são do sexo feminino e 51,7% são do sexo masculino. A idade média dos pesquisados é de 32 anos, sendo a idade mínima de 18 anos e máxima de 57 anos (45% dos participantes se encontra na faixa etária de 20 a 30 anos, 21,7% de 31 a 40 anos, 16,7% de 41 a 50 anos. Apenas 11,7% dos pesquisados tem idade entre 51 a 60 anos e 5% tem menos de 20 anos. Com relação ao estado civil, a maioria dos pesquisados são solteiros (46,7%), seguido pelos casados (38,3%) e separados (8,3%). Os demais pesquisados não responderam à questão. Quanto ao grau de instrução, 44,6% dos pesquisados tem ensino médio, 30,36% tem ensino superior, 10,7% tem ensino fundamental II e 8,9% tem ensino fundamental I. Um participante respondeu que não tem instrução, ao passo que um participante tem Mestrado e um tem Especialização. Quatro pesquisados deixaram de responder a esta questão.

Embora a pesquisa tenha sido realizada na agência do trabalhador, 10% dos pesquisados responderam estar empregados e 11,7% estar desenvolvendo alguma atividade informal. Os demais, 78,3% dos pesquisados, estavam desempregados no momento em que responderam à pesquisa. Dentre os desempregados, 17% não responderam há quanto tempo se encontram nessa situação (Tabela 1). A maioria dos pesquisados (66%) se encontra na situação de desemprego há menos de seis meses (27,7% há menos de um mês e 38,3% entre 1 e 6 meses).

Tabela 1: Período em que se encontra na situação de Desemprego

Tempo de desemprego	N. Pesquisados	%
Não respondeu	8	17,0
Menos de 1 mês	13	27,7
De 1 a 6 meses	18	38,3
De 6 meses a 1 ano	4	8,5
De 1 a 5 anos	3	6,4
De 5 a 10 anos	1	2,1
Total de desempregados	47	100

Dos 60 pesquisados, 15 não estavam buscando por uma vaga de emprego no momento da pesquisa, dentre os quais, 8 (17%) são desempregados (Tabela 2). Por sua vez, 45 pesquisados estavam à procura de uma vaga de emprego (dentre os quais 39 estavam desempregados, 2 na situação de empregados e 4 pesquisados que mencionaram estar desenvolvendo trabalho informal).

Tabela 2: Relação entre a situação atual e procura por vaga de emprego

À procura por uma vaga de emprego

Situação Atual	Não	Sim	Total
Desempregado	8	39	47
Empregado	4	2	6
Informal	3	4	7
Total	15	45	60

No que tange à renda individual, 26 (43,3%) pesquisados mencionaram não ter renda no momento da pesquisa, 15 (25%) assinalaram estar recebendo seguro desemprego e 3 (5%) mencionaram que sua renda atual advinha de investimentos. Dos 15 pesquisados que declararam estar recebendo seguro desemprego, 9 estavam à procura por uma vaga de emprego e 6 não estavam.

A renda média individual declarada pelos pesquisados foi de R\$ 1.125,64. Excluindo os que mencionaram não ter renda, a renda mínima declarada foi de R\$500,00 e a máxima foi de R\$8.000,00, declarada por um pesquisado que atuava como corretor, mas que estava à procura de uma vaga de emprego. A renda média familiar dos pesquisados foi de R\$ 2.886,24, tendo a mínima (R\$500,00) e máxima (R\$8.000,00) iguais às individuais, mostrando que a renda familiar desses pesquisados é proveniente apenas de sua renda, que é a situação de 15 (25%) pesquisados. Com relação ao número de pessoas que dependem da renda familiar, para 33% dos pesquisados apenas duas pessoas dependem da renda, para 26,7% a renda deve ser suficiente para atender às necessidades de três pessoas, e para 21,7%, quatro pessoas dependem da renda. Quando questionados se a renda familiar é suficiente para o pagamento das despesas da família, 40,0% responderam que não, enquanto que para 58,3% a renda é suficiente. Para contornar a situação financeira quando a renda não é suficiente, os pesquisados mencionaram que contam com ajuda de parentes, fazem “bicos”, parcelam suas contas, buscam controlar os gastos. Por outro lado, alguns mencionaram que deixam de pagar as contas. Dentre as despesas que mais comprometem a renda dos pesquisados, a alimentação foi citada como a principal, seguida por moradia (aluguel, IPTU, água, energia) e transporte (próprio ou coletivo).

Quando questionado se o pesquisado já recebeu alguma orientação sobre a gestão do dinheiro, 73,3% responderam que não, 15% mencionaram ter recebido orientação poucas vezes e 15% muitas vezes. Essa orientação foi recebida por meio de curso na faculdade, familiares, internet, cursos, dentre outros.

Com relação ao uso do cartão de crédito, apenas 10% dos pesquisados respondeu que sempre utiliza o cartão para o pagamento de suas compras, 16,7% utiliza na maior parte de suas compras, 36,7% utiliza apenas em caso de necessidade e 36,7% não utiliza cartão de crédito. Quanto ao pagamento da fatura, a maioria (80%) dos pesquisados que utiliza cartão de crédito, paga a fatura integral sempre, enquanto que 10% sempre paga o valor mínimo e 10% às vezes paga apenas o valor mínimo. Assim, é possível verificar que, mesmo a maioria não tendo recebido orientação sobre gestão do dinheiro, a maioria não usa o cartão de crédito de forma indiscriminada e, ao usar, a maioria realiza o pagamento de forma responsável.

No que tange à realização de financiamento em algum momento de sua vida, 55% dos pesquisados responderam nunca ter utilizado financiamento anterior (dentre os quais 6,0% se encontravam com algum bem financiando no momento da pesquisa), 33,7% utilizaram financiamento uma vez (dos quais 59,1% se encontravam com financiamento atual e 40,1% não tinham financiamento atual). No

momento em que a pesquisa foi realizada, 28,3% dos pesquisados estavam com financiamento em aberto (dos quais 70,6% se encontravam na situação de desemprego). Dentre os bens financiados, os pesquisados mencionaram moradia (casa, apartamento), automóvel, moto, faculdade e medicação. O valor médio das parcelas é de R\$526,67 (valor mínimo de R\$180,00 e máximo de R\$1.200,00). Considerando a renda média dos pesquisados (R\$1.125,64), o valor médio das parcelas equivaleria a 47% da renda. Esse dado corrobora o que apresenta o BCB (2013), que a escassez de educação financeira e a alta oferta de crédito, tem levado os indivíduos a grandes endividamentos, fazendo com que parte da renda fique comprometida com o pagamento de parcelas.

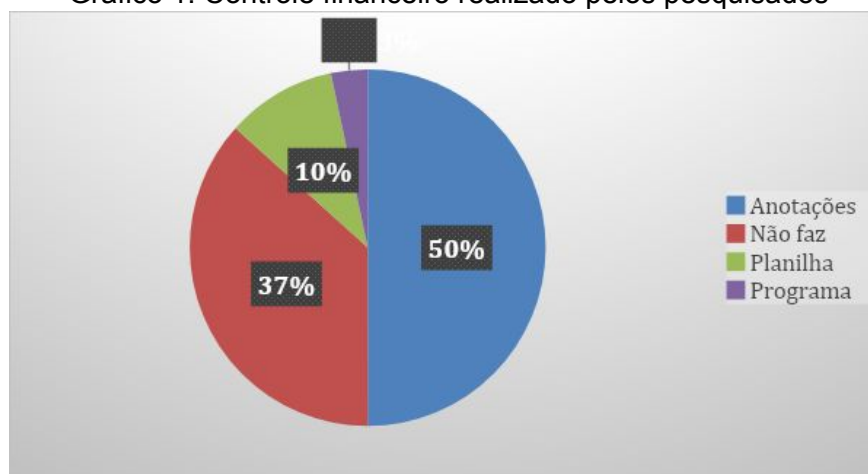
Tabela 3: Relação entre financiamento anterior e atual

Financiamento anterior	Financiamento Atual		Total
	Nã o	Sim	
Mais de uma vez	3	2	5
Não	31	2	33
Uma vez	9	13	22
Total	43	17	60

Um dos pontos bastante comentados quando se fala em educação financeira é a questão da realização das compras ou motivação que leva o indivíduo à compra. Nessa pesquisa, foi possível verificar que a maioria dos pesquisados não compra por impulso (ou desejo), mas sim por necessidade, haja vista que 85% mencionou que, na maioria das vezes, realiza uma compra apenas após verificar a necessidade do item. Por sua vez, 8,3% mencionou que realiza a compra, na maioria das vezes, após ver o item na vitrine e 6,6% após ver a propaganda do item.

O controle financeiro é uma das rotinas mais importantes quando se trata de educação financeira. O estudo revelou (Gráfico 1) que 36,7% dos pesquisados não realiza nenhum tipo de controle de suas finanças. Por sua vez, 63,3% dos pesquisados realiza algum tipo de controle financeiro, no entanto 50%, o realiza por meio de anotações no papel, 10% utiliza-se de planilha eletrônica para controlar suas entradas e saídas de recursos financeiros e apenas 3,3% utiliza programa específico de controle financeiro.

Gráfico 1: Controle financeiro realizado pelos pesquisados



Quando uma pessoa é educada financeiramente se torna capaz de organizar as suas finanças pessoais e dominar assuntos como orçamentos, poupança e investimento, podendo se utilizar de ferramentas para maior controle (KLAPPER, LUSARDI E PANOS, 2012). Os autores complementam, mencionado que o indivíduo que possui estes conhecimentos e habilidades pode ter maior disponibilidade de renda e menor endividamento, contribuindo para a estabilidade e eficiência do sistema econômico como um todo.

Quando questionados se mantêm suas contas em dia, 60% dos pesquisados mencionou que sempre mantêm o pagamento de suas contas em dia. Por outro lado, 40% mencionou que nem sempre consegue manter as contas em dia (mantém as contas em dia quando tem recursos para efetuar o pagamento). Assim sendo, para 11,7% dos pesquisados a dívida é uma situação normal em sua vida e para 41,7% é uma situação inevitável.

Pinheiro (2008) menciona que a educação financeira é um excelente instrumento para auxiliar várias pessoas, em diferentes faixas etárias e diversas situações, como as crianças, cujo propósito é desde a infância auxiliar as crianças a compreenderem o valor do dinheiro e ensiná-las a administrar suas receitas, despesas e também a poupar. Sendo assim, o ato de poupar é um comportamento que deve ser desenvolvido desde a mais tenra idade. Quando questionados se os pais lhe ensinaram a poupar na infância, 46,7% (28) dos pesquisados responderam que sim, enquanto que 26,7% (16) mencionaram que os pais ensinaram muito pouco. Por sua vez, 26,7% (16) não aprenderam a poupar em sua infância, ensinados por seus pais/responsáveis. A Tabela 4 mostra a relação entre o hábito de poupar e o ensinamento sobre o ato de poupar por parte dos pais/responsáveis na infância dos pesquisados.

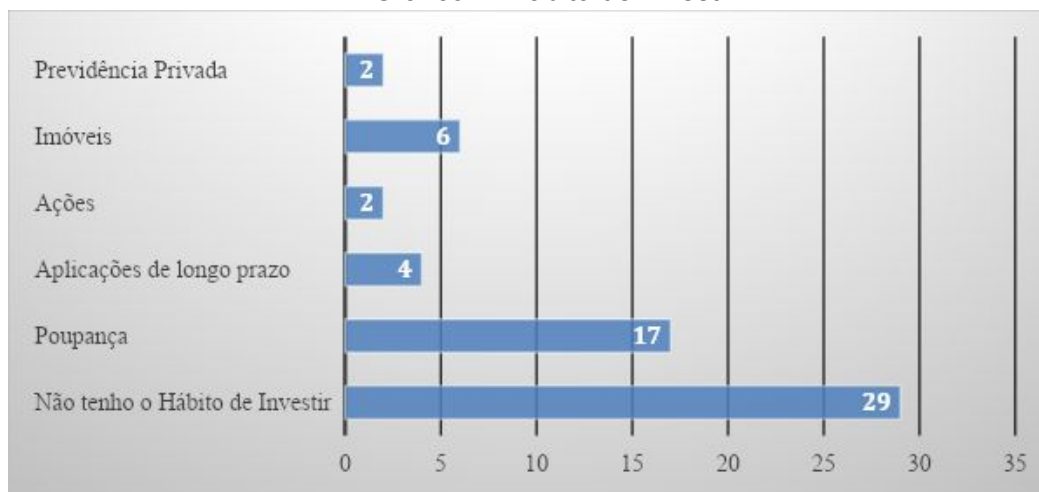
Tabela 4: Ato de poupar

Pais ensinaram a Poupar	Tem o hábito de poupar		Total
	Não	Sim	
Muito pouco	9	7	16
Não	12	4	16
Sim	9	19	28
Total	30	30	60

Percebe-se que aqueles que tiveram ensinamentos e, por certo, devem ter vivenciado em seus pais um comportamento voltado ao ato de poupar, tendem a ter um comportamento para tal, como pode ser identificado por 31,6% (19/60) dos pesquisados (67,8% dos pesquisados que foram ensinados a poupar em sua infância). Esse fato é visualizado também na situação inversa. Dos pesquisados que não receberam orientações sobre o ato de poupar na infância, 75% (12/16) não tem o hábito de poupar em sua vida adulta. Dentre os pesquisados que tem o hábito de poupar, a maioria procura poupar para ter uma reserva financeira ou para comprar um bem a vista, seguido pelos motivos viajar e investir. Esse aspecto verificado vai ao encontro com o que é apresentado por Pinheiro (2008), ao mencionar que uma contribuição da educação financeira é ensinar indivíduos a serem poupadores, pensando inclusive na previdência ou no enfrentamento de um possível período de desemprego (PINHEIRO, 2008), acarretando na criação de uma reserva de emergência para estar preparado e seguro para viver esse período ocioso (DOMINGOS, 2008; UOL 2016).

A educação financeira permite que o indivíduo tenha uma melhor qualidade de vida, tranquilidade para planejar o futuro, evitando o estresse e livrando as pessoas das dívidas, pois os indivíduos possuem um maior embasamento para tomada de decisões, principalmente relacionadas ao consumo e investimentos (LOBO, 2019). Quando questionados sobre o hábito de investir, 29 (48%) pesquisados mencionaram não ter esse hábito. Já os pesquisados que costumam investir (52%), a maioria investe em poupança, seguido por imóveis, aplicações de longo prazo e ações e previdência privada.

Gráfico 2: Hábito de Investir



A pesquisa mostrou que dentre os indivíduos que não tem o hábito de investir (29 pesquisados), a maioria (75,9%) se encontra entre aqueles que mencionaram não ter recebido orientação sobre gestão do dinheiro. Por sua vez, mesmo não tendo orientação sobre gestão do dinheiro (44 pesquisados), 29,5% mencionou que tem o hábito de investir em poupança, 9,1% em imóveis, 4,5% em aplicações de longo prazo, 4,5% em ações e 2,3% em previdência privada.

Tabela 5: Relação entre orientação sobre gestão do dinheiro e hábito de investir

Orientação sobre gestão do dinheiro	Hábito de Investir						Total
	Não tem	Poupança	Aplicações L.P.	Ações	Imóveis	Prev. Privada	
Muitas vezes	3	4	1		1		9
Não	22	13	2	2	4	1	44
Poucas vezes	4		1		1		6
Não respondeu						1	1
Total Geral	29	17	4	2	6	2	60

Quando questionados sobre sua situação financeira nos últimos 12 meses, 36,7% dos pesquisados apontaram uma situação estável. Por outro lado, 50% apresentaram uma situação instável e 11,7% tiveram uma situação de grande instabilidade.

A educação financeira pode ser definida como a capacidade apresentada pelo ser humano em realizar escolhas mais assertivas ao gerenciar suas finanças pessoais ao longo da vida, gerando inúmeros benefícios para si e para o

desenvolvimento socioeconômico do país (PINHEIRO, 2008). Por sua vez, a falta de conhecimento relacionado a finanças faz com que as pessoas fiquem mais vulneráveis a crises financeiras (BRAUNSTEIN e WELCH, 2002). Os resultados da pesquisa corroboram esses fatos (Tabela 6), ao apontar que os indivíduos que não tiveram orientação sobre a gestão do dinheiro apresentaram maiores problemas financeiros nos últimos meses (58,1% apresentaram situação de instabilidade e 14% de grande instabilidade, totalizando 72%).

Orientação sobre gestão do dinheiro	Situação financeira nos últimos 12 meses				Total
	Estável	Instável	Grande instabilidade	Não respondeu	
Muitas vezes	6	3			9
Não	12	25	6	1	43
Poucas vezes	3	2	1		6
Não respondeu	1				1
Total Geral	22	30	7	1	60

Tabela 6: Orientação sobre gestão do dinheiro *versus* situação financeira

Já os que tiveram orientações muitas vezes, a maioria (66,7%) está em situação estável, e as que tiveram orientações mesmo que poucas vezes, 50% tem uma situação financeira estável. Esses dados mostram que receber orientações sobre o uso do dinheiro, e aplica-las na gestão das finanças pessoais, traz muitos benefícios sobre manter uma situação financeira equilibrada, mesmo em momentos de desemprego. Apenas 31,7% dos pesquisados mencionaram nunca ter tido seu nome negativado, enquanto que 68,3% já tiveram seu nome negativado, uma vez (43,3%) ou mais (25%). Cabe ainda ressaltar que, dos indivíduos que nunca receberam orientação sobre gestão do dinheiro, 65,9% já tiveram seu nome negativado, uma vez ou mais.

Como visto, o estudo revelou que a maioria dos pesquisados não apresenta conhecimento ou atitudes de indivíduos educados financeiramente. Todavia, dentre os que apresentam, em menor ou maior grau, pôde-se perceber que os mesmos tiveram menores problemas financeiros em decorrência do desemprego. Assim sendo, pode-se dizer que a educação financeira se apresenta como uma ferramenta com grande potencial para amenizar os impactos do desemprego, uma vez que, com educação financeira, o indivíduo conseguirá se manter financeiramente por um certo período, seja por meio de reserva financeira que conseguiu criar ao longo do período em que se encontrava com renda e/ou por meio da capacidade de planejar e tomar decisões com relação aos seus gastos, demanda por crédito, pagamento de dívidas, dentre outros que afetam sua vida financeira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que se possa compreender a magnitude dos efeitos do desemprego, faz-se necessário ter o entendimento de que essa ociosidade não atinge apenas o indivíduo que a vive, mas também todo o seu ambiente familiar, em menor ou maior grau, dependendo da função do indivíduo dentro desse círculo familiar, sua posição e dos recursos que esse grupo dispõe para atravessar essa adversidade de um ou mais membros desse círculo. Ou seja, faz-se necessário compreender a situação

atual do indivíduo juntamente com a profissão exercida por ele, qual a sua renda média mensal e familiar, quantas pessoas dependem dessa renda, se a ausência dessa renda afetará o pagamento dos compromissos financeiros, sejam eles básicos ou não. Enfim, esses e muitos outros fatores são necessários para entender os impactos que esse grupo sofre, em momentos de desemprego. Ademais, a partir dessas respostas se torna possível avaliar a situação financeira dos indivíduos, analisando se estava ou não preparado para a devida situação e se chegará a ocorrer inadimplência e negativação do nome. (BARRÈRE-MAURISSON, 2000 apud BORGES, 2006).

Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo compreender a importância da educação financeira, em especial em situações de vulnerabilidade como a do desemprego. A intenção foi verificar se, de alguma forma, o indivíduo recebeu informações sobre educação financeira, e como o conhecimento (ou não) a respeito da educação financeira tem influenciado suas decisões financeiras, preparando-o para momentos de vulnerabilidade, como o desemprego. A educação financeira foi tratada nesse estudo como um processo de aprendizado ou obtenção de conhecimento sobre aspectos relacionados as finanças pessoais, planejamento e gerenciamento de contas, que proporcionam aos indivíduos o desenvolvimento de habilidades, para que possam tomar decisões fundamentadas e seguras. Essas habilidades, quando colocadas em prática, proporcionam aos indivíduos uma maior segurança no âmbito financeiro em momentos de crise e desemprego, protegendo e ampliando o seu bem-estar e qualidade de vida.

Nesse estudo, observou-se que a maioria dos pesquisados, em torno de 80%, tem idade entre 20 e 50 anos, possuem ensino médio ou superior completo e estão desempregados. Embora a maioria não tenha recebido orientações sobre finanças, declararam não usar cartão de crédito ou só usar quando necessário, e, dentre os que usam cartão de crédito, a maioria paga o valor total da fatura, não gerando endividamento, o que mostra que existe uma responsabilidade no uso aprovado do crédito. Também se verificou que a maioria dos pesquisados realiza suas compras apenas por necessidade e não por impulso e que não faz uso de financiamento, no entanto, os que usam financiamento, comprometem muito a renda com o pagamento das parcelas.

Outro ponto importante a ser destacado, é que a maioria dos pesquisados não teve ensinamento sobre o ato de poupar durante a infância. Mas, dos que tiveram, a maioria realiza poupança pensando em uma reserva para o futuro e, dentre os que não tiveram ensinamentos, a maioria não se preocupa em poupar dinheiro ou não realizava poupança no momento da pesquisa. Entende-se que, quando o ato de poupar é ensinado ou é dado como exemplo ainda na infância, pode ser levado como hábito durante a vida adulta. O estudo mostra, também, que dentre os que não tiveram ensinamentos ou orientações sobre gestão do dinheiro, a maioria não realiza investimentos e se encontra em situação financeira instável ou de grande instabilidade financeira. Por outro lado, entre os que tiveram orientações, a maioria estava em situação de estabilidade financeira, ou seja, consegue estabelecer um equilíbrio entre a renda e os gastos. Embora o estudo tenha revelado que a maioria dos pesquisados não apresenta conhecimento ou atitudes de indivíduos educados financeiramente, ficou claro que, dentre os que apresentam, em menor ou maior grau, a maioria teve menores problemas financeiros em decorrência do desemprego.

Assim, o estudo aponta que a educação financeira pode ser uma ferramenta com grande potencial para amenizar os impactos do desemprego, uma vez que um

indivíduo que a possui consegue se manter financeiramente e com tranquilidade em períodos onde se encontra ocioso, visto que se planejou e se preparou para esse período realizando reservas de emergência, controlando e contendo gastos, buscando orientações para melhor gerenciamento do seu dinheiro, investindo, não gerando dívidas e, conseqüentemente, não estando inadimplente e nem negativado. Perante todos os ensinamentos realizados pela educação financeira, tem-se um sistema financeiro menos caótico, um país com um desenvolvimento socioeconômico equilibrado e pessoas com uma melhor qualidade de vida.

Embora o estudo tenha cumprido com os objetivos propostos, houveram dificuldades na coleta de dados que provocaram algumas limitações na pesquisa. Um ponto que merece destaque é sobre a quantidade de indivíduos pesquisados, que ficou limitado a 60 participantes. Primeiro, devido ao fato dessa pesquisa fazer parte de um evento programado para ser realizado em uma semana pré-determinada, a Semana Maringaense de Educação Financeira, ocorrida entre os dias 20 e 25 de maio de 2019, dentre os quais, foram disponibilizadas pela Agência do Trabalhador de Maringá duas tardes para a realização dessa pesquisa. Segundo, a semana em questão foi chuvosa e isso reduziu de forma considerável o número de pessoas que passaram pela agência. Terceiro, a proposta perante o evento foi de, ao final da pesquisa, caso o pesquisado tivesse interesse, os pesquisadores tirariam dúvidas e dariam orientações sobre o tema educação financeira, o que restringiu bastante a quantidade de questionários aplicados na coleta de dados, por conta do tempo destinado a essas ações.

No entanto, pode-se dizer que a intenção de compreender a importância da educação financeira, principalmente em situações de vulnerabilidade, foi alcançada. E, como propostas de estudos futuros, pode-se mencionar pesquisas com outros grupos focais, como os idosos pelo fato da necessidade em saberem usar a aposentadoria, os jovens universitários que saem das suas residências e precisam começar a controlar suas contas, os professores de ensino fundamental e médio por serem importantes difusores de conhecimento, população de baixa renda por necessitarem de conhecimentos relacionados a finanças para conseguirem fazer bom uso da renda. Enfim, a propagação da educação financeira se torna importante para todos os indivíduos, não importando a idade, renda ou atuação, pois indivíduos educados financeiramente garantirão uma melhor qualidade de vida e uma economia mais saudável no decorrer do tempo.

REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL (2013). **Caderno de Educação Financeira: Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília, p.72. 2013. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 12 set. 2019.
- BORGES, A. Impactos do desemprego e da precarização sobre as famílias metropolitanas. **Rev. Bras. Est. Pop.**, v.23, n.1, p.109-127, jan./jun, 2006.
- BRAUNSTEIN, Sandra e WELCH, Carolyn. **Financial Literacy: An Overview of Practice, Research, and Policy**. Federal Reserve Bulletin. Nov. 2002.
- CAPRONI, I. S. A Importância da Educação Financeira na Formação do Educando. **Revista Pedagógica em Foco**. Minas Gerais, n.8, 2013.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**, 4ª ed. - São Paulo: MAKRON books do Brasil, 1996.

COOPER, D. R. & SCHINDLER, P. S. **Business research methods**. Mc Graw-Hill, Irwin:2000. ROESCH, Sylvia M. A.. Projeto de estágio e de pesquisa em administração. 2ª ed. SP: Atlas, 1999.

DOMINGOS, Reinaldo. **Terapia financeira: a educação financeira como método para realizar seus sonhos**. São Paulo: Gente, 2008.

IBGE, (2020). **O que é desemprego**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 27 de mar. de 2020.

KLAPPER, Leora; LUSARDI, Annamaria e PANOS, Georgios A. Financial Literacy and the Financial Crisis. Março de 2012. Disponível em <<http://ssrn.com/abstract=2038765>> Acessado em 25/07/2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, S. A., 1991.

LOBO, Rafael. Importância da Educação Financeira. **Conceito Zen**, 2019.

Disponível em:

<<https://www.conceitozen.com.br/importancia-da-educacao-financeira.html>>. Acesso em: 12 de out. de 2019.

LUCCI, C. R.; ZERRENNER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. C. **A influência da Educação Financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos**. IN IX SEMEAD, 2006. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf> Acesso em: 15 ago. 2019.

LUSARDI, A. Preparing for retirement: the importance of planning costs. In: NATIONAL TAX ASSOCIATION. **Proceedings. Annual Conference on Taxation and Minutes of the Annual Meeting of the National Tax Association**, 95, 148-154, 2002.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. How ordinary consumers make complex economic decisions: financial literacy and retirement readiness. **NBER Working Paper No. 15350**, JEL No. D91, September 2009.

LUSARDI, A. and MITCHELL, O.S. (2014) The economic importance of financial literacy: theory and evidence. **Journal of Economic Literature**, 52 (1): 5 - 44.

LUSARDI, A.; TUFANO, P. Debt literacy, financial experiences, and over indebtedness. **National Bureau of Economic Research**. Cambridge: Cambridge, 2009.

LUSARDI, A.; TUFANO, P. Debt literacy, financial experiences, and over indebtedness. **Journal of Pension Economics & Finance**, 14(4), 332-368, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEIER, S.; SPRENGER, C. D. **Discounting financial literacy: Time preferences and participation in financial education programs**. Journal of Economic Behavior & Organization, Estados Unidos, p. 159-174, 2012.

OECD. **Employment Outlook 2009**. Paris: Organization for Economic Co-operation and Development, 2009.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Improving Financial Literacy – Analysis of issues and policies. Paris, 2005.

PINHEIRO, R. P. **Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão**. São Paulo: Peixoto Neto, 2008. Disponível em: <<http://www.fbss.org.br/dados/wwwfbs/artigos/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Previdenci%C3%A1ria%20e%20Financeira%20-%20a%20nova%20fronteira%20dos%20fundos%20de%20pens%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

ROESCH, Sylvia M. A.. **Projeto de estágio e de pesquisa em administração**. 2ª ed. SP: Atlas, 1999.

SAVÓIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1.121-1.141, nov./dez. 2007.

SELA, Vilma Meurer. **A atuação dos atores no processo de formação da agenda de inclusão financeira no Brasil**. 2017. 228 f. Tese (Doutorado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2017.

UOL, (2016). **10 Dicas para Organizar as Finanças no Desemprego**. Disponível em:

<<https://economia.uol.com.br/noticias/infomoney/2016/04/25/como-organizar-as-financas-no-desemprego.htm>>. Acesso em: 27 de mar. de 2020.

VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do Norte do Paraná. **Revista de Administração da Unimep**, v. 9, n. 3, p. 61-86, 2011.

WISNIEWSKI, M. L. G. A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro. **Revista Intersaberes**, Curitiba, ano 6, n. 12, p. 155-172, 2011.